

A esperança como trincheira: eleger Lula

Erick Kayser

06/10/2026

A onda e a inversão

Encerrada a apuração, o mapa que emerge das urnas de 4 de outubro dificilmente admite eufemismos. A chamada “onda da direita”, expressão que os analistas de plantão repetiram à exaustão na madrugada de segunda-feira, não é mera figura de retórica. Tarcísio de Freitas reelegeu-se em São Paulo com 62,65% dos votos válidos, impondo a Fernando Haddad uma derrota de mais de 26 pontos; em Minas Gerais, Cleitinho Azevedo ganhou no primeiro turno, com 55,40% contra 26,34% de Patrus Ananias; no Sul, o PL e seus aliados fecharam o cerco, com Sergio Moro no Paraná, Jorginho Mello em Santa Catarina e Zucco no Rio Grande do Sul. A direita controla, assim, os dois maiores colégios eleitorais do país e a totalidade da região Sul, enquanto o PT assegurou, no primeiro turno, apenas três governos estaduais (Bahia, Ceará e Piauí), todos no Nordeste.



Foto: Ricardo Stuckert

No Senado, o quadro é igualmente adverso. O PL elegeu 17 senadores e será, a partir de 2027, a maior bancada da Casa. Não se trata de detalhe institucional: é no Senado que se processam os pedidos de impeachment contra ministros do STF, e é por ali que o golpismo de 8 de janeiro buscará, nos próximos anos, sua anistia e sua revanche.

Mas a maior surpresa da noite foi, evidentemente, outra. Flávio Bolsonaro terminou o primeiro turno à frente de Lula: 47,03% contra 45,16% dos votos válidos, uma diferença de pouco mais de 2,2 milhões de votos, invertendo o leve favoritismo que praticamente todas as pesquisas atribuíam ao presidente. Três dias antes do pleito, o Datafolha registrava Lula com 45% e Flávio com 40% dos votos válidos; o resultado não apenas desmentiu a margem, mas trocou a ordem dos fatores. O filho de um ex-presidente que cumpre pena por tentativa de golpe de Estado — ungido pelo pai, desde a prisão, herdeiro político do clã — chega ao segundo turno como o candidato mais votado do país.

Marx abriu o *18 de Brumário* corrigindo Hegel: os grandes fatos da história se repetem, a primeira vez como tragédia, a segunda como farsa. Fazia-o, não por acaso, a propósito de um sobrinho que herdara do tio o

nome e a ambição. Que a farsa pode ser tão perigosa quanto a tragédia é lição que o próprio Luís Bonaparte, eleito pelo sufrágio universal antes de dissolvê-lo, se encarregou de ensinar.

Uma crise que não passa

Muito já foi dito e mais ainda será dito nas próximas semanas, em geral com a pressa de quem precisa de culpados antes de precisar de explicações, mas muito mais precisará ser compreendido sobre como chegamos a este estado de coisas. Uma constatação, contudo, impõe-se desde já: a crise democrática brasileira e o avanço da extrema direita não constituem um fenômeno conjuntural, um desvio passageiro que a derrota de Jair Bolsonaro em 2022 teria encerrado. São uma realidade perene, enraizada na forma mesma que a crise do capitalismo periférico assumiu entre nós na última década.

Na oitava de suas teses *Sobre o conceito de história*, o filósofo Walter Benjamin advertia que a tradição dos oprimidos nos ensina a reconhecer o estado de exceção como regra, e não como anomalia; e que o espanto diante do fato de que certas coisas “ainda” sejam possíveis não é ponto de partida para conhecimento algum. O assombro de parte da esquerda diante do resultado de domingo é desse tipo. Supõe que a normalidade democrática fora restabelecida em janeiro de 2023 e que o bolsonarismo seria um parêntese a ser fechado pela via judicial, como se a condenação do chefe dissolvesse, por si só, a base social que o produziu. Não dissolveu!

O dado mais incômodo é que quatro anos de governo Lula, aparentemente, nada alteraram de substantivo na correlação de forças. Talvez, pelo contrário, tenham aberto novos flancos para o avanço do golpismo. Um governo que se constituiu sob o signo da frente ampla e da governabilidade negociada com o Centrão, que aceitou o arcabouço fiscal como horizonte intransponível e que relegou a mobilização popular a papel decorativo pôde *administrar* a crise, mas não pôde *resolvê-la*. A extrema direita, por seu lado, não esteve parada: reorganizou-se nos governos estaduais, no Congresso, nas igrejas, nas redes, no agronegócio, etc e soube converter o mal-estar difuso de uma sociedade exaurida pela precarização do trabalho e pela erosão das expectativas em ressentimento político.

Democracia não se defende no abstrato

Neste cenário, a necessidade de uma vitória de Lula em 25 de outubro ganha ares de dramaticidade que nenhuma pessoa minimamente preocupada com a democracia negará. Um governo de Flávio Bolsonaro, com a maior bancada do Senado, governadores alinhados em grandes estados e a revisão da responsabilização dos golpistas como horizonte nada dissimulado de seu campo político, não seria simples alternância de poder. Seria a restauração, agora com verniz de legitimidade eleitoral e maior enraizamento institucional, do projeto que tentou romper a ordem constitucional há menos de quatro anos.

E, no entanto, é justamente aqui que reside a armadilha. Para vencer, não se poderá recorrer a uma defesa abstrata da democracia. Em 2022, a frente democrática venceu por margem estreitíssima, impulsionada sobretudo pelo anti-bolsonarismo e pela memória fresca da tragédia pandêmica. Em 2026, a equação é outra: Lula é o governo, e “democracia”, para milhões de trabalhadores, tornou-se sinônimo de um *status quo* que não lhes devolveu o tempo, a renda nem a segurança que lhes foram subtraídos. Quando a democracia aparece como mera preservação do existente — e o existente é o endividamento das famílias, a jornada extenuante, o trabalho por aplicativo sem direitos —, a extrema direita apropria-se, com desenvoltura cínica, da linguagem da ruptura. Paradoxo apenas aparente: o herdeiro de um clã que vive da política há mais de três décadas apresenta-se como antissistema, enquanto o presidente que encarna a memória das lutas operárias aparece como fiador da ordem.

A defesa da democracia só ganha força de massas se vier associada a um apelo mudancista — à esperança concreta de que a vida pode melhorar, e de que melhorará *porque* a democracia será aprofundada, e não apesar dela. Democracia não apenas como urna, mas como mesa, salário, moradia e tempo livre. A luta pelo

fim da escala 6×1 é talvez o exemplo mais eloquente: é, no fundo, a disputa pelo tempo de vida contra o tempo abstrato do capital, e por isso fala diretamente à experiência cotidiana de quem será decisivo no segundo turno. A esperança, aqui, não é sentimento ingênuo; é categoria política. A forma pela qual o futuro irrompe no presente como possibilidade a ser conquistada.

A correção de rota e o que falta

A campanha de Lula foi, durante boa parte do primeiro turno, permeada por problemas organizativos: hesitações de comando, uma comunicação que pouco dialogava com quem ainda não estava convencido, uma agenda frequentemente pautada pelo adversário. Na reta final, contudo, houve uma importante melhora: mais nitidez no discurso, mais disposição para o confronto, menos receio de nomear os interesses que o bolsonarismo representa. Foi tarde para o primeiro turno. Não precisa sê-lo para o segundo.

Se esta correção de rota for aprofundada, e aprofundar, aqui, significa defender abertamente um programa de transformação para o país, as chances de vitória lulista podem melhorar substantivamente. Não se trata de radicalismo retórico, mas de aritmética política. Os votos que decidirão o segundo turno estão entre os que se abstiveram, anularam o voto ou votaram no adversário por cansaço, e não por convicção. A esses, a cautela não diz nada. Fala-lhes apenas a promessa crível de que algo, de fato, vai mudar.

Todas as energias, desde baixo

Há, por fim, um combustível sem o qual nenhuma correção de rota chegará ao destino: as ações espontâneas, desde baixo, de milhares de apoiadores anônimos que buscam formas de ativismo para ajudar a eleger Lula. A conversa paciente com o tio no almoço de domingo, o panfleto distribuído na saída do metrô, o grupo de mensagens que se recusa a ceder o terreno à mentira, o comitê improvisado na associação de bairro, é nessa capilaridade miúda que se decide uma eleição apertada. Cabe à campanha estimulá-la, oferecer-lhe instrumentos e confiar nela e não domesticá-la nem substituí-la por peças publicitárias.

Os partidos e os movimentos sociais, ainda que tenham demonstrado flagrantes limites no primeiro turno, também precisam cumprir seu papel. São eles que detêm estrutura, memória de luta e presença territorial capazes de converter o ânimo difuso em trabalho organizado: os sindicatos nos locais de trabalho, os movimentos de luta pela terra e pela moradia nas periferias e no campo, a juventude nas escolas e universidades. O balanço fica para depois; agora é hora de rua.

Restam menos de vinte dias. Todas as energias disponíveis devem ser mobilizadas até 25 de outubro, porque o que está em jogo não é apenas um mandato, mas as condições mínimas para que a disputa por um outro Brasil continue possível. Os homens fazem a sua própria história, lembrava Marx, mas não sob circunstâncias de sua escolha. As circunstâncias deste outubro não as escolhemos. O que faremos delas, sim. Eleger Lula é a prioridade máxima.

Erick Kayser é historiador e Secretário-geral do PT de Porto Alegre.

Compartilhe nas redes: